



Ao Juízo da 11ª Vara Cível e Empresarial Regional de Londrina/PR

Falência nº 0008406-56.2020.8.16.0044

Auxilia Consultores Ltda., Administradora Judicial representada por Henrique Cavalheiro Ricci, ambos já qualificados nos autos falimentares de **Aliança Indústria Química Ltda.**, respeitosamente, comparece perante Vossa Excelência, em atenção à intimação de seq. 444, para requerer a juntada do:

RELATÓRIO DE REDISTRIBUIÇÃO

em cumprimento ao disposto no art. 42, inciso IV, "a", "b" e "c" da Portaria 18/2025

cujas considerações pertinentes, para fins de prosseguimento do feito, seguem a seguir sintetizadas.

I. BREVES CONSIDERAÇÕES E PENDÊNCIAS

Em estrito cumprimento ao disposto no art. 42, IV, "a", "b" e "c", da Portaria 18/2025, segue anexado relatório contendo: (i) quadro resumo da fase processual atual; (ii) relação de andamentos processuais; (iii) relação de incidentes e recursos vinculados à Falência e (iv) relação de feitos em que a massa falida figura como parte.

Especificamente no que toca ao "estágio de todas as ações em que a recuperanda ou massa falida é parte", o relatório foi elaborado com base nas informações obtidas por meio das consultas públicas nos sistemas Projudi/TJPR, PJe/TRT-9 e Eproc/JFPR, as quais consideram apenas processos disponíveis para acesso público. Diante disso, eventuais restrições impostas por sigilo processual ou outros mecanismos de confidencialidade podem impactar na completude das informações apresentados.

Destaca-se, ainda, que foram relacionadas apenas as ações ativas ou arquivadas provisoriamente.





A presente falência encontra-se na etapa final para encerramento. Na decisão de seq. 343, o juízo universal da falência, acolhendo o parecer apresentado pela Administração Judicial, determinou a publicação do edital, conforme art. 114-A da Lei 11.101/2005, possibilitando que eventuais interessados se manifestem acerca da manutenção do processo em curso.

O prazo estabelecido no edital publicado (seq. 360.1) transcorreu sem o comparecimento de interessados no prosseguimento e na manutenção do feito, em razão da inexistência de ativo capaz de saldar a dívida da massa falida.

Antes de apresentar o relatório final do processo, nos termos do art. 114-A, § 2º, da Lei 11.101/2005, para posterior encerramento do feito, considerando as transferências de valores à conta judicial vinculada ao processo (seqs. 382 e 391), a Administradora Judicial entendeu pela necessidade de remessa dos autos ao contador público para que fossem apuradas e pagas as custas processuais devidas, além de fixada a remuneração.

Com a juntada da atualização de conta (seq. 395), houve a apresentação do relatório final (seq. 400.1), no qual relatou-se, em síntese, que:

- (i) *O processo falimentar foi frustrado devido à falta de bens suficientes para cobrir os custos da falência e pagar, mesmo que parcialmente, os credores;*
- (ii) *Apesar das diligências da Administração Judicial, o ativo obtido foi inferior a R\$ 30.000,00, enquanto os gastos com o processo superaram esse valor, o que levou ao desinteresse dos credores;*
- (iii) *Como não houve ativos a serem alienados, e com a inércia dos credores após a publicação do edital, a Administração Judicial propôs o encerramento do processo, com base no art. 114-A da Lei 11.101/2005.*
- (iv) *Ao final, pugnou-se para que o valor arrecadado fosse destinado ao pagamento das custas processuais e aos serviços prestados pela Administração Judicial.*

Contudo, entre a apresentação do relatório final e a análise dos termos pelo juízo falimentar para deliberação acerca do encerramento desta falência, a Administração





Judicial foi intimada para manifestar-se quanto à informação apresentada pelo Município de Apucarana/PR no seq. 411.1, segundo a qual:

- (i) O Município solicita um prazo de 180 dias para cumprir o ofício nº 1949/2023, alegando que esse tempo é necessário para emitir laudos e obter autorização ambiental do Instituto Água e Terra (IAT) para a destinação de resíduos sólidos, com custo estimado em R\$ 170.275,60;
- (ii) Também solicita esclarecimentos sobre a responsabilidade pelo pagamento desse custo, requerendo, caso seja de sua responsabilidade, a dispensa da autorização ambiental do IAT.

Administração Judicial, por meio do seq. 417, não se opôs à dispensa da autorização, mas ressaltou que a legislação exige a autorização ambiental para tais procedimentos. Além disso, a Administração Judicial opinou no sentido de que os custos e a responsabilidade pelo descarte dos resíduos seriam da Caixa Econômica Federal, atual proprietária do imóvel onde a atividade empresarial da Falida ocorria, em razão da consolidação da propriedade.

A Caixa Econômica, por sua vez, foi intimada para se manifestar a respeito, mas permaneceu inerte (seq. 426).

Posteriormente, houve a declinação da competência em razão da instauração das Varas Especializadas (seq. 429), restando pendentes de análise e deliberação os pontos acima mencionados para o encerramento da falência.

Era o que tínhamos a manifestar, colocando-nos sempre à disposição do d. Juízo e dos demais interessados para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Maringá/PR, 20 de março de 2025.

AUXILIA CONSULTORES LTDA.

Henrique Cavalheiro Ricci | OAB/PR 35.939

